

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

**DIREITO À CIDADE E O CASO DOS CARROCEIROS DO RECIFE-PE:
MOBILIDADE NEGADA AOS USUÁRIOS DO TRANSPORTE DE TRAÇÃO
ANIMAL FRENTE A LEI MUNICIPAL 17.918/2013**

*Paulo André Cavalcanti De Albuquerque Nunes
(PAULOANDRECAVALCANTI@GMAIL.COM)*

Lucas Paes Do Amaral (lucaspaes132@gmail.com)

Este estudo analisa o caso dos carroceiros do Recife à luz do direito à cidade, considerando a Lei Municipal nº 17.918/2013, que propõe a retirada de circulação dos animais de tração e veículos da paisagem urbana. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de autores que abordam o direito à cidade, a produção do espaço urbano e mobilidade urbana, como Harvey (2014) e Santos (1996; 2001). Paralelamente, realizou-se pesquisa documental, com base na Lei Municipal nº 17.918/2013, e leis complementares, além da análise de matérias jornalísticas, publicadas em 2025 e 2026. O cruzamento entre as fontes bibliográficas e documentais permitiu compreender a mobilidade urbana não apenas como questão técnica, mas como fenômeno estrutural vinculado às desigualdades sociais, econômicas e territoriais.

Palavras-chave: mobilidade urbana; direito à cidade; carroceiros; desigualdade social; direitos animais.